

Geraldo Polezze (1945-2021)

Edição 1.684

16 a 20 de janeiro de 2026

Isenção, respeito e responsabilidade

(distribuição gratuita)

33
anos

"Verdade seja dita, JA é informação permanente sem possibilidade de alteração"

Concessão em risco? João Carlos Mansur renuncia



João Carlos Mansur

Foto: Tete Viviani

O empresário João Carlos Mansur, proprietário da REAG Investimentos e detentor da concessão do Gigantão, da Arena da Fonte Luminosa e do Cear (Centro de Eventos), em Araraquara, tornou-se alvo da Polícia Federal nesta quarta-feira (14). **Pag. 08**

Assalto no Shopping Jaraguá

Uma joalheria do Shopping Jaraguá foi alvo de assalto na madrugada dessa terça-feira (13). Quebrando parte do forro, os assaltantes conseguiram se esgueirar por dentro do

shopping até alcançar a joalheria.

De acordo com depoimentos, o Shopping constava sim comseguranças, mas nenhum notou o evento até que havia sido tarde demais. **Pag. 16**



Colégio Progresso recebe seus alunos em 2026

Pag 07

(Editorial)



Destaque
15/10/2000

Udefa quer transporte adequado

A União dos Deficientes Físicos de Araraquara (Udefa) - fundada por um grupo, dentre os quais: Antonio da Motta, Janira e Bento de Souza - deve lançar nos próximos meses uma campanha para ampliar o número de sócios para angariar recursos visando à implantação de projetos que auxiliem na reabilitação e reintegração de seus 125 assistidos.

De acordo com o vice-presidente, Airton Luis Santiago, a Udefa recebe, atualmente, uma verba estadual de R\$ 850,00/mês para arcar com a prestação de serviços, encargos e materiais de consumo.



**JORNAL DE
ARARAQUARA**

Publicação semanal

Fundador: Geraldo Polezze "in memoriam"
Editora: Marlene Volpatti Polezze - MTb 33.937
Registrado no Cartório Civil sob o nº 36.264
PABX: (0xx16) 3332-1002
End. Rua Ceará, 1063 - Araraquara - SP - CEP 14810-165

Home page: www.jornaldeararaquara.com.br
e-mail: redacao@jornaldeararaquara.com.br
WhatsApp: (16) 99444-5816
facebook.com/jornaldeararaquara
[youtube: Jornal Araraquara](https://youtube.com/JornalAraraquara)
Impressão: Gráfica & Editora Vale do Flamborant

A opinião dos colaboradores não é exatamente a opinião do JA.

Defesa em causa própria

Não é costume utilizar um veículo de comunicação em defesa própria. No entanto, desta vez, abrimos essa exceção — inclusive para que o episódio sirva de exemplo.

Há muitos anos solicitamos, assim como outros moradores da região, a poda de um ipê localizado na Praça Leonardo Del Duca, ao lado de nossa residência e nos fundos de outras duas casas. Trata-se de uma árvore que já causou inúmeros prejuízos, tanto financeiros quanto emocionais, e que representa risco constante, especialmente em períodos de ventania devido a um histórico de queda de galhos que destruiu parte das casas no entorno.

A surpresa veio ao ouvirmos o barulho de motosserras, mas não para a poda da árvore que efetivamente causa problemas. O corte estava sendo feito justamente na árvore em frente à casa, relativamente saudável — ainda firme e contando com alguns anos de vida — e cuja poda é realizada anualmente para preservar sua integridade. Ao questionarmos a intervenção, fomos informados de que a ordem da Secretaria do Meio Ambiente era pela retirada, pois ela estaria comprometida.

De fato ela tinha um caso de cupim, contudo, ainda estava firme e — se comparada à outras árvores — saudável.

A árvore acabou mutilada, embora tenhamos conseguido impedir sua remoção total. Enquanto isso, o ipê que há anos pedimos para **podar**, e não arrancar, continua

intacto, oferecendo risco a cada nova rajada de vento. Em mais de uma ocasião, inclusive, o Corpo de Bombeiros já precisou ser acionado para atender ocorrências em nossa residência.

A impressão que fica é a de que a comunicação entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Obras está completamente desarticulada. Executa-se um serviço que não foi solicitado, enquanto outro, devidamente protocolado, registrado e reiterado, segue ignorado.

Quando as reclamações chegam ao poder público, é porque há motivo. Falta, claramente, um canal eficiente — ou uma assessoria de comunicação para ouvir a população e informar o executivo — para encaminhar e responder às demandas da população.



PANIFICADORA
Cristal
(16) 3332-3768

Rua Almirante Tamandaré, 367 - Araraquara - SP

Colégio Progresso

*Educação Infantil,
Ensino Fundamental
e Ensino Médio*

Fone: (16) 3322-0733 - site: progresso.org.br



“inspiração”

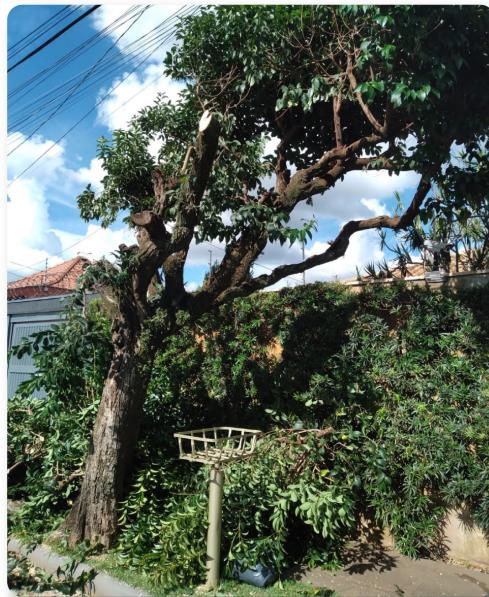
Gepol

(Editoria)

RETIRADA DE ÁRVORES

Diversas árvores — algumas já secas, outras aparentemente saudáveis — estão sendo retiradas das calçadas em diferentes pontos da cidade. Diante disso, fica o questionamento encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente: “As árvores que estão sendo retiradas serão substituídas automaticamente?”

Não se pode esquecer que Araraquara já foi referência, no passado, como uma cidade bem arborizada. Até o fechamento desta edição, não houve resposta da Secretaria.



COMUNICADO

A Prefeitura informa que, para melhor atender a população que busca os serviços do Fundo Social

e da Farmácia Solidária, novos horários de funcionamento entram em vigor. Confira a tabela abaixo.

Atenção: novo horários de atendimento

Para melhor atender a população, alguns serviços tiveram ampliação no horário de funcionamento. Confira:

Farmácia Solidária
Atendimento das 7h15 às 15h

Fundo Social
Atendimento das 08h às 16h

Organize-se e aproveite os serviços dentro dos novos horários.

Cuidar das pessoas também é ampliar o acesso!

Prefeitura Municipal de Araraquara



PARQUE DO BASALTO

O Parque do Basalto é um belíssimo espaço para passeios aos finais de semana, feriados e períodos de férias.

Um leitor enviou a seguinte sugestão:
“A Prefeitura poderia disponibilizar ônibus gratuitos em dias especiais. Isso atrairia muitos visitantes. O Parque tem potencial para isso.”

A sugestão fica registrada para avaliação do poder público.



RECLAMAÇÕES NOS COLETIVOS



Apesar do lançamento da campanha de combate à **importunação sexual** nos coletivos, outras reclamações chegaram ao Jornal de Araraquara. Entre elas, destacam-

se o alto valor das passagens e a conservação precária de parte da frota de ônibus.

Ficam registradas as queixas dos usuários do transporte público.

Quem nos acompanhou até aqui tenha um excelente final de semana e até a próxima, se Deus assim o permitir.

A conta impagável das bets

Dimas Ramalho (*)

A onipresença da euforia publicitária das bets, com seus embaiçadores famosos e promessas de ascensão rápida, mascara um abismo que os números acabam de revelar: o Brasil está arcando com uma conta impagável para sustentar verdadeiros cassinos de bolso. Um estudo recente do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) não apenas acende um alerta, mas soa uma sirene ensurdecedora sobre os custos dessa "brincadeira". Estamos diante de um rombo social estimado em R\$ 38,8 bilhões anuais; uma fatura que recai sobre o Estado, o orçamento das famílias e o futuro de toda uma geração.

A narrativa construída pelo setor de apostas sempre foi sedutora: trata-se de liberdade individual, entretenimento moderno e, claro, a velha promessa de dinamismo econômico. Contudo, ao dessecar os dados do IEPS, percebe-se que essa estrutura é um gigante de pés de barro, sustentado pela miséria alheia. Do montante total do prejuízo, assustadores R\$ 30,6 bilhões referem-se a custos diretos e indiretos na área da saúde.

Não estamos falando apenas de ônus operacionais do SUS, mas de vidas abreviadas e mentes colapsadas. O relatório estima que R\$ 17 bilhões desse montante são decorrentes de suicí-

dios associados ao vício em apostas online. Outros R\$ 10,2 bilhões evaporam na forma de perda de qualidade de vida, sugados pela depressão e pelos transtornos de ansiedade que acompanham a montanha-russa emocional do jogo. O que se vende como diversão no intervalo do futebol é, na prática, uma máquina de moer saúde mental, que privatiza lucros astronômicos e socializa o luto e o tratamento psiquiátrico.

Se o impacto humano é devastador, a justificativa econômica para a benevolência com as bets é uma falácia ainda mais gritante. Em setores produtivos saudáveis, o lucro empresarial gera, em contrapartida, empregos e infraestrutura. No universo das apostas online, porém, essa lógica é subvertida. As bets operam como parasitas da economia real. Elas extraem bilhões que circulariam no comércio varejista, no turismo ou na indústria, e não devolvem absolutamente nada em termos de desenvolvimento estrutural.

De acordo com o levantamento do IEPS, o setor gera pouco mais de 1.100 empregos formais em todo o território nacional. A média é de risíveis 19 funcionários por empresa. São plataformas desenhadas para a eficiência extrativa máxima e empregabilidade mínima. A disparidade é obscena: para cada R\$ 291,00 que entram como receita nas casas de aposta, apenas R\$ 1,00 vira salário formal.

Diante desse cenário de terra arrasada, a timidez legislativa não é mais uma opção. A recente aprovação, na Câmara, do projeto que eleva a tributação sobre o setor é um passo na direção certa, mas deve ser encarada apenas como o começo. O texto, que agora segue para o Senado, determina que os impostos passarão dos atuais 12% para 13% em 2026 e 14% em 2027, chegando a 15% em 2028.

Apesar da gritaria habitual dos lobistas sobre a inviabilidade do negócio, é preciso clareza: nos moldes atuais, o negócio já é inviável para a sociedade brasileira. A tributação pesada sobre as apostas não deve ser encarada sob a ótica da arrecadação fiscal comum, mas sim sob a lógica dos "impostos sobre o pecado", aplicados historicamente ao tabaco e ao álcool. O objetivo não é apenas arrecadar recursos, mas desincentivar o consumo e, principalmente, resarcir o Estado pelas externalidades negativas brutais que o jogo impõe.

No fundo, a migração do dinheiro do consumo das famílias para as plataformas de apostas acaba sendo uma espécie de imposto regressivo cobrado dos mais pobres, disfarçado de oportunidade. O Estado precisa intervir não como um tutor moralista, mas como o garantidor da sobrevivência econômica da coletividade.

O projeto de lei em tramitação funciona como um torniquete necessário



para estancar uma hemorragia grave, mas o debate exige mais profundidade. É urgente decidir se queremos ser uma nação fundamentada no trabalho e na produção, ou se aceitaremos passivamente que o país se converta em um imenso cassino a céu aberto, onde a esperança é a moeda de troca e a derrota, a única certeza matemática. Diz o ditado que a banca sempre vence. Contudo, não há lei que obrigue o povo brasileiro a ser o eterno perdedor nessa mesa.

(*) É vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Vila COPOS
A vida é uma festa

PRODUTOS PARA BARES, PADARIAS, RESTAURANTES, MERCEARIAS, SORVETERIAS E TUDO PARA FESTAS
ATACADO E VAREJO

Bolo de maçã de liquidificador

Ingredientes
2 xícaras de farinha de trigo
2 xícaras de açúcar
1 colher de sopa de fermento em pó
1 colher de sopa de canela em pó
1 pitada de sal
3 ovos
3 maças grandes
1 xícara de óleo vegetal

Modo de preparo
Unte e polvilhe com farinha um tabuleiro médio (23 x 35), ou uma fôrma de buraco no meio. Em uma tigela grande, peneirar a farinha e o açúcar. Juntar os demais ingredientes secos. Reservar. Descascar as maças, reservando as cascas. Picar em cubinhos. Bater no liquidificador os ovos, o óleo e as cascas da

maçã. Juntar essa mistura na tigela com os ingredientes secos e misturar delicadamente. Junte as maças picadas, misture e despeje na assadeira. Assar por cerca de 40 a 50 minutos em forno médio. Depois de pronto polvilhar açúcar e canela. Preparo: 40 min - Rendimento: 25 porções

Rua Rui Barbosa, 1050 - Fone: 3301-2600 - Vila Xavier

Seguro Saúde
EMPRESARIAL EM GRUPO (mínimo 3 vidas)
COLETIVO POR ADESÃO (individual, podendo incluir dependentes)

SEGURADORAS:

- SulAmérica**
- Bradesco Seguros**
- OMINT SEGUROS**
- Amil**
Grupo Notre Dame Intermédica
- são francisco**

Hospitalar
Hospitalar + ambulatorial com obstetrícia

Solssia
CORRETORA DE SEGUROS
www.solssiaseguros.com.br
Tel: (16) 3303 5555 • Av. Bento de Abreu, 914 • Fonte

Câmara Municipal

Principais notícias de vereadores

Com cerca de 11 mil sepulturas, Cemitério São Bento precisa regulamentar 650 túmulos

Em meados de outubro de 2025, a vereadora **Filipa Brunelli** (PT), questionou a Prefeitura sobre informações detalhadas a respeito da gestão do Cemitério Municipal São Bento, especialmente quanto à arrecadação da taxa de manutenção, serviços executados e planejamento de ações futuras. O Requerimento teve como motivação, segundo a parlamentar, as recorrentes reclamações da população sobre as condições do espaço.

Questionamentos

No documento, Filipa solicitou dados sobre quantas pessoas ou famílias pagam atualmente a taxa de manutenção, quantas estão inadimplentes e quantas ainda não foram notificadas. Também pediu o valor total arrecadado com a taxa, discriminado por períodos, além da relação dos serviços previstos na gestão do cemitério, os que já foram executados, os que permanecem pendentes e o cronograma para sua realização.

Cadastro de sepulturas

Em resposta, a Prefeitura informou que o Município está em processo de ampla regularização e atualização do cadastro das sepulturas, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 971/2022, que passou a disciplinar de forma mais detalhadas concessões, transferências e a cobrança anual pelo uso e manutenção das áreas comuns dos cemitérios.

"Atualmente estima-se a existência de aproximadamente 11 mil sepulturas no Cemitério São Bento, e 9.577 solicitações de regularização/transferência foram recebidas. Até a presente data (12/12/2025) já foram avaliados 8.927 e tiveram o processo avaliado, concluído e o contrato emitido aos deferimentos, restando cerca de 650 pedidos para serem analisados", informou a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Ainda de acordo com a pasta, a cobrança do preço público de manutenção anual está condicionada à regularização da concessão e à formalização do respectivo contrato, tendo efetuado como base na metragem individual de cada sepultura, conforme previsto em decreto regulamentar.

Entretanto, enquanto o processo de regularização não foi integralmente concluído, não é possível apresentar dados definitivos quanto ao número de contribuintes adimplentes, inadimplentes ou ainda não notificados, tampouco valores finais de arrecadação de forma totalmente consolidada.

Arrecadação 2025

De acordo com os dados anexados na resposta, em 2024, a Prefeitura teve déficit de R\$ 4.417.533,77.

No balanço da receita referente ao período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2025, a receita arrecadada relacionada alcançou R\$ 3.523.475,40.

Desse total, R\$ 3.041.713,77 referem-se à Taxa de Cemitérios. Também constam receitas pro-



Com cerca de 11 mil sepulturas, Cemitério São Bento precisa regulamentar 650 túmulos

Foto: Tetê Viviani

venientes de multas administrativas, contratuais e da dívida ativa vinculadas aos serviços do cemitério, demonstrando a importância da taxa como fonte de custeio das atividades.

Despesas e serviços

O documento apresentado pelo Executivo detalha ainda as despesas realizadas no mesmo período, incluindo gastos com pessoal, encargos sociais, serviços terceirizados, vigilância, limpeza, manutenção e conservação das instalações.

Constam, por exemplo, a execução de serviços técnicos profissionais, contratos de limpeza e conservação e despesas contínuas de manutenção das atividades do setor de serviços funerários.

Orçamento próprio

Na manifestação encaminhada à Câmara, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos informou que a gestão do Cemitério São Bento segue planejamento orçamentário próprio, com recursos vinculados às taxas arrecadadas.

A pasta destacou que parte das ações de manutenção é contínua e que intervenções estruturais, como reformas na capela e no velório municipal, possuem dotação orçamentária específica, ainda que algumas etapas estejam condicionadas à disponibilidade financeira e aos trâmites administrativos.

Melhorias previstas

Ainda de acordo com a Secretaria, estão previstas para o Cemitério São Bento a implantação de sistema completo de iluminação pública, com postes e projetores em LED acionados por sensores de presença, proporcionando maior visibilidade e facilitando a identificação de pessoas não autorizadas durante o período noturno, e a instalação de sistema de monitoramento por câmeras de segurança integrado ao sistema de iluminação.

"Os projetos elétrico, de iluminação e de segurança eletrônica estão em fase final de elaboração pela Divisão de Eletrificação e Iluminação Pública, restando apenas a conclusão do memorial descritivo e da planilha orçamentária detalhada", pontua.

Encerrando, a pasta afirma que também está em análise técnica a possibilidade de elevação da altura dos muros do cemitério. "Caso seja

confirmada a viabilidade, será executado o reforço estrutural, com a implantação de pilares escavados com broca e viga de coroamento em concreto armado."

Fiscalização

Para a vereadora Filipa Brunelli, os dados apresentados reforçam a necessidade de acompanhamento permanente da arrecadação e da aplicação dos recursos da taxa de manutenção.

Secretaria esclarece sobre responsabilidade por regularização de fios pendurados em postes

No início de novembro, o presidente da Câmara Municipal, vereador **Rafael de Angeli** (Republicanos), apresentou um Requerimento à Prefeitura, pedindo informações sobre cronograma e responsabilidades quanto à regularização dos fios de operadoras pendurados em postes.

No documento, Angeli pergunta se existe cronograma oficial para a regularização e manutenção dos fios de operadoras que estão pendurados ou caídos nos postes do município e qual é a responsabilidade legal atribuída à Prefeitura, às operadoras de telecomunicações e à concessionária de energia elétrica (CPFL) para a manutenção e fiscalização desses fios.

Questiona ainda como é feita a articulação entre esses órgãos e empresas para garantir a organização e segurança da infraestrutura dos postes, quais canais e procedimentos a população pode utilizar para reportar situações de fios irregulares e como é garantido o atendimento a essas demandas.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos informa que a regularização e a manutenção dos fios pertencentes às operadoras são verificadas tanto a partir de denúncias recebidas, quanto durante as ações rotineiras de fiscalização realizadas nos bairros do município. "Nesse sentido, foram realizadas algumas reuniões com o objetivo de estabelecer um cronograma para o ano de 2026, o qual ainda está em fase de elaboração. Assim que estiver concluído, será disponibilizado para conhecimento."

Responsabilidades

Quanto às responsabilidades legais atribuídas a cada instituição, a pasta explica que à Pre-

feitura cabe fazer cumprir a Lei nº 8.743/2016, que disciplina o uso dos postes pela concessionária de energia elétrica.

A concessionária cabe exigir das operadoras o uso adequado de sua infraestrutura (postes, fios, entre outros), sendo responsável solidária em caso de utilização indevida por parte dessas empresas.

Já às operadoras cabe utilizar a infraestrutura de forma correta, mantendo-a devidamente conservada.

De acordo com a Secretaria, a população pode comunicar situações de irregularidade formalizando a denúncia por meio da plataforma 1Doc, abrindo um protocolo para solicitar a fiscalização do endereço indicado.

"Após o recebimento das denúncias, a Divisão de Fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos envia um fiscal ao local, que registra a situação por meio de fotos (entre outros meios de documentação) e então a intimação é expedida à CPFL. Encerrado o prazo legal de atendimento à intimação, o fiscal retorna ao endereço. Caso o reparo não tenha sido realizado, a CPFL está sujeita à multa prevista no artigo 8º da Lei nº 8.743/2016", detalha a pasta.

Multas

De acordo com a referida legislação, as multas para a CPFL são de 5 Unidades Fiscais Municipais (UFMs), ou seja, R\$ 384,95, por cada ponto notificado, bem como por solicitação ou por denúncia que deixar de atender.

Nos casos em que não for realizada a manutenção de fios e equipamentos dentro do prazo estabelecido, a multa é de 70 UFM - R\$ 5.389,30.

Já em outros casos específicos citados pela lei, há multa de 15 UFM - R\$ 1.154,85.

Para o vereador, saber quem é responsável é fundamental, mas mais importante ainda é garantir que as fiscalizações ocorram com rapidez e que as correções sejam feitas dentro do prazo, para que acidentes sejam evitados.

Reformas estruturais em escola infantil do Vale Verde são solicitadas à Prefeitura

O vereador e vice-presidente da Câmara Municipal, **Michel Kary** (PL), pede para a Prefeitura adotar "providências urgentes" para a realização de melhorias estruturais no Centro de Educação e Recreação (CER) "Lourdes Apparecida Carvalho Prada", no Residencial Vale Verde.

O objetivo é "garantir condições adequadas de segurança, funcionamento e bem-estar da comunidade escolar", de acordo com o parlamentar.

Na Indicação nº 5724/2025, Kary aponta a necessidade das seguintes melhorias:

- reparos imediatos no teto, que apresenta sinais de deterioração e risco de queda;
- instalação e/ou substituição de fechaduras nas portas, atualmente inexistentes ou danificadas, comprometendo a segurança do patrimônio e das pessoas;
- avaliação técnica geral da estrutura do prédio para prevenção de acidentes e manutenção adequada do espaço.

Câmara Municipal: Principais notícias de vereadores (continuação)

Já na Indicação nº 179/2026, o parlamentar pede que o Executivo dê atenção para o escoamento de águas pluviais em frente ao CER, especialmente na área da lombofaixa em frente à unidade, pois a água se acumula ali em períodos de chuva.

Requerimento solicita informações sobre execução do Programa de Incentivo à Inclusão Social

A execução do Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS) é tema de Requerimento enviado pela vereadora **Fabi Virgílio** (PT) à Prefeitura.

Instituído pela Lei nº 8.998, de 2017, o PIIS é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e oferece cursos de capacitação para o mercado de trabalho, promove o acesso à educação básica e concede bolsa-auxílio para qualificação. O programa é destinado a pessoas em vulnerabilidade social, como adultos que não tenham qualificação ou experiência profissional, dependentes químicos, pessoas em situação de rua ou que tenham sofrido perda de vínculos familiares, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoa com deficiência, egressos do sistema prisional e adolescentes que estejam cumprindo medidas socioeducativas. Destacando a importância do PIIS para o bem-estar social, a parlamentar solicita ao Poder Executivo a lista dos cursos de capacitação teórica e prática oferecidos ao longo de 2025, além dos contratos com entidades conveniadas. Fabi também pergunta sobre o número de pessoas atendidas pelo programa no último ano em comparação com o limite de beneficiários previstos.

A vereadora questiona, ainda, se já existe plano de ação para 2026 e solicita informações sobre o planejamento de execução do programa neste ano e sobre possíveis reajustes no pagamento da bolsa-auxílio.

Documento pede regulamentação de lei que reconhece profissionais da educação infantil

O vereador **Aluísio Boi** (MDB) apresentou Indicação à Prefeitura, solicitando o encaminhamento à Câmara Municipal da regulamentação necessária para garantir a aplicação da Lei nº 15.326/2026 aos profissionais da educação que têm direito aos benefícios previstos na norma. A legislação, sancionada no início do ano pelo presidente da República, reconhece os professores da educação infantil como integrantes da carreira do magistério.

Conforme o documento, a regulamentação em âmbito municipal é fundamental para que a legislação passe a produzir efeitos no município. A Lei nº 15.326 altera dispositivos da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial nacional do magistério, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), incluindo oficialmente os professores da educação infantil como profissionais do magistério.

Com a mudança, professores que atuam em creches e pré-escolas da educação infantil (voltadas a crianças de zero a cinco anos), que exercem docência e tenham sido aprovados em con-

curso público, passam a ter direito ao piso salarial nacional e ao enquadramento em planos de carreira, independentemente da denominação do cargo ocupado. A legislação também define a exigência de formação mínima em nível médio, na modalidade magistério, ou curso superior.

A Indicação ressalta ainda que a regulamentação se justifica como uma reparação e correção de distorções históricas, uma vez que esses profissionais já exercem atividades pedagógicas na prática, sendo responsáveis por turmas, pela primeira alfabetização e por diversas outras atribuições.

Plano de gerenciamento do Parque do Pinheirinho é questionado em documento

Informações sobre a gestão e a programação de atividades para o Parque do Pinheirinho foram questionadas pelo vereador **Enfermeiro Delmiran** (PL), por meio de Requerimento enviado à Prefeitura recentemente.

O espaço, localizado na Avenida Francisco Vaz Filho, no Jardim Pinheiros, é uma área pública conhecida por oferecer opções de lazer, convivência social, práticas esportivas e contato com a natureza.

Segundo o parlamentar, "a adequada gestão, manutenção e programação de atividades nesses espaços são fundamentais para garantir segurança, preservação ambiental e uso adequado pela população".

No documento, Delmiran pede que seja apontado o servidor encarregado pelo parque e indaga se existe um plano de gerenciamento específico para o local. Pergunta ainda a respeito de obras, melhorias ou ações que envolvam reparos, revitalização, iluminação, segurança, paisagismo ou infraestrutura, procedimentos para manutenção de rotina e seus respectivos responsáveis, além do orçamento correspondente disponível para o funcionamento da área. Também solicita o cronograma de eventos previstos para acontecer no parque ao longo do ano e os acordos de possíveis parcerias com associações, escolas, entidades ou iniciativa privada para uso ou desenvolvimento de ações que atendam aos interesses dos frequentadores e de toda a comunidade.

Prefeitura adota medidas pontuais para conter erosões em córrego do Jardim Santa Clara

Em resposta a um requerimento protocolado pela vereadora **Maria Paula** (PT), a Prefeitura afirmou que mantém vistorias técnicas frequentes no córrego que margeia a Rua Maria Brambilla Passos, visando a monitorar pontos de erosão e acompanhar possíveis situações de risco para os moradores do Jardim Santa Clara.

No documento, enviado pela parlamentar no final de 2025, foram pedidas ao Município informações sobre o assoreamento do córrego, bem como detalhamento das medidas preventivas e corretivas relacionadas ao perigo de desmoronamento de calçada, ocorrência de enxurradas e programas para restauração integral do curso d'água e de seu entorno. Apesar de não ter um diagnóstico formal da si-

tuação, o Executivo afirma que adota intervenções pontuais para garantir a segurança de pedestres e motoristas que trafegam por aquela via, "Como medida emergencial, foi adotada a técnica de recomposição do talude erosionado com [pedra] rachão, de maneira a estabilizar o local de forma paliativa até que o Município tenha a solução técnica definida para as intervenções e a disponibilidade financeira necessária", destaca a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

A Subsecretaria de Obras Públicas, responsável pela divisão de drenagens, aponta que, devido às características geológicas do local, não há acúmulo de sedimentos que justifique o desassoreamento do canal. No entanto, equipes de limpeza retiram periodicamente entulhos e materiais descartados irregularmente, conforme relatado pela Subsecretaria de Serviços Públicos.

A Administração Pública confirmou que as ações corretivas são feitas no trecho em caráter emergencial há quase uma década e que uma solução definitiva depende de recursos financeiros. Avaliações periódicas são feitas no local, envolvendo órgãos como a Defesa Civil, divisões de Drenagens e Obras Viárias, e secretarias do Meio Ambiente e de Segurança e Mobilidade Urbana.

Sobre a questão de planejamento para restaurações e reconstruções da calçada, é informado no documento que, desde 2023, existe um projeto executivo para melhorias na travessia próxima à Avenida Francisco Martins Caldeira Filho, na continuidade da Rua Maria Brambilla Passos. Porém, a obra, que poderá solucionar as ocorrências na parte mais baixa da via, depende de recursos financeiros para ser viabilizada.

Saúde afirma que fornecimento do remédio Duloxetina segue sem prazo para regularização

A Secretaria Municipal da Saúde informou, por meio de resposta a Requerimento do vereador **Marcelinho** (Progressistas), que não é possível estabelecer um prazo para a regularização no fornecimento de Duloxetina, medicamento utilizado no tratamento de depressão, ansiedade, dores crônicas e outras patologias.

"Apresentei esse requerimento após receber diversas reclamações de pacientes sobre a falta do medicamento Duloxetina, nas dosagens de 30 mg e 60 mg, na rede pública de saúde", comentou o parlamentar, destacando que a ausência do remédio pode causar prejuízos à saúde dos usuários.

De acordo com a pasta, a falta de medicamentos pode ser causada por "débitos de exercícios anteriores; atraso nas entregas pelos fornecedores por não disporem imediatamente dos elevados quantitativos que são comprados; ou questões logísticas das transportadoras, que demoram para realizar a entrega devido à distância a ser percorrida".

O Poder Executivo afirmou, ainda, que todos os itens do almoxarifado possuem solicitações de reposição em andamento. Além disso, para assegurar a continuidade do tratamento dos pacientes, são realizados pedidos de compras emergenciais; cobrança, notificação administrativa ou emissão de multas para for-

nedores com entregas em atraso; contato com o setor de compras e licitações para abertura de novas Atas de Registro de Preços; e contato com o setor de empenhos para priorização nas emissões.

USF Laranjeiras I precisa de melhorias em equipamentos

Em Indicação encaminhada recentemente à Prefeitura, o vice-presidente da Câmara Municipal, vereador **Michel Kary** (PL), pede manutenção de aparelho de ar-condicionado ou aquisição de um novo para a sala de vacinas da Unidade de Saúde da Família (USF) "Dr. Wilson Antunes Pereira" (Laranjeiras I). Ele solicita também a aquisição de uma impressora matricial para uso dos agentes e demais funcionários da unidade, a ser instalada na sala utilizada para ajustes, cadastros e atividades administrativas internas.

Kary reforça ainda que a USF Laranjeiras I conta atualmente com apenas uma impressora, a qual é utilizada exclusivamente para o atendimento geral da população, o que acaba gerando dificuldades operacionais para os agentes comunitários de saúde e demais servidores no desempenho de atividades internas, como cadastros, atualizações de sistemas, ajustes administrativos e impressão de etiquetas, fundamentais para a organização dos atendimentos e dos prontuários.

Segundo o parlamentar, o objetivo é melhorar a estrutura da unidade, valorizar os profissionais de saúde e garantir um serviço mais eficiente e humanizado à comunidade.

Reforma da Emef 'Luiz Roberto Salinas Fortes' é tema de Requerimento

Em Requerimento enviado à Prefeitura, o presidente da Câmara Municipal, vereador **Rafael de Angeli** (Republicanos), solicita informações sobre a reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) "Luiz Roberto Salinas Fortes", localizada no Residencial Paraíso.

No documento, o parlamentar relembrava que a obra foi vencedora na primeira Plenária Regional do Orçamento Participativo (OP) do ano de 2019. Dois anos depois, a Ordem de Serviço para execução do projeto foi assinada. A reforma foi orçada em R\$ 1.018.386,73 e seria realizada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Angeli considera, ainda, que, durante esse período, os alunos foram alocados em um imóvel localizado no Jardim das Estações. No entanto, mesmo com o transporte disponibilizado pela Prefeitura, pais e responsáveis relataram que o trajeto é cansativo para os estudantes, que precisam sair de casa mais cedo.

O vereador questiona qual é o percentual atual de execução física e financeira da obra e quais providências estão sendo adotadas para minimizar os prejuízos pedagógicos e o desgaste físico apontados.

O parlamentar também solicita informações sobre a empresa contratada e sobre a existência de laudo técnico, relatório de fiscalização ou parecer do setor competente que aponte intercorrências, falhas, paralisações ou inconformidades na execução da reforma.



Concessão em risco? João Carlos Mansur renuncia

Luigi Polezze

O empresário **João Carlos Mansur**, proprietário da **REAG Investimentos** e detentor da concessão do **Gigantão**, da **Arena da Fonte Luminosa** e do **Cear (Centro de Eventos)**, em Araraquara, tornou-se alvo da **Polícia Federal** nesta quarta-feira (14). Agentes cumpriram **mandados de busca e apreensão** em endereços ligados ao empresário na capital paulista através da **Operação Compliance Zero**, noticiado pelo RCIA.

A REAG Investimentos possui papel relevante em Araraquara, sendo responsável pela **revitalização da Arena da Fonte Luminosa**, além de projetos voltados à gestão de eventos esportivos, culturais e corporativos no **Gigantão** e no **Cear Centro de Eventos**. A concessão dos espaços tem prazo de **30 anos**, estabelecida durante a gestão do então prefeito **Edinho Silva**, hoje presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Diante das investigações,



surgem questionamentos sobre possíveis impactos para o município. Caso haja eventual condenação de Mansur, **qual será o destino da concessão dos espaços públicos?** Haverá suspensão contratual ou a situação não trará reflexos diretos para Araraquara?

A reportagem do **Jornal de Araraquara** entrou em contato com a **Prefeitura**, que informou, de forma reservada, que **por se tratar de um processo ainda em fase de investigação**, não irá se manifestar

até que haja maior clareza sobre os desdobramentos do caso.

Também entramos em contato com a empresa, oportunidade em que nos informou que vem cumprindo regularmente todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado em agosto de 2023, com relatórios aprovados pela Comissão de Fiscalização e pagamentos de outorga em dia. Afirmou que, desde a assinatura do contrato, a companhia realizou investimentos de aproximadamente R\$ 21,8 mi-

lhões, devidamente auditados, reforçando sua capacidade financeira e o compromisso com a execução do projeto.

Por fim, a empresa comunicou a renúncia de João Carlos Mansur ao cargo de presidente do Conselho de Administração e informou que já está em andamento o processo de recomposição do órgão, com convocação de Assembleia Geral de Acionistas no prazo legal.

Nota na íntegra ao final da matéria.



João Carlos Mansur

COISAS QUE A POPULAÇÃO DEVE SABER DE ARARAQUARA

Falta de Pagamento: por falta de aviso não foi né Prefeito, não adianta pagar os salários e horas extras dos funcionários municipais e deixar de pagar a fatura das terceirizadas que têm que pagar seus funcionários que prestam serviços para a Prefeitura (evidente que haverá paralisação). Outra falha nos termos e editais de concorrência pública, que não preveem uma retenção mensal do faturamento em conta corrente, corrigida para garantir o 13º salário no final de ano. Quem sabe um dia as administrações públicas aprendam!

Prestação de Contas: sei que não é normal fazer uma prestação de contas mensal, mas no caso de Araraquara (praticamente falida, como já mencionado pelo Prefeito), em razão de não ter fiscalização de quem de direito e para não ser criticado, seria interessante a população saber das dívidas anteriores a 2026 por setores e a programação do que está sendo pago a partir de 01/01/2026, claro, com a prioridade das contas mensais a partir de janeiro/2026 e saldo de 2025.

Se não for assim Prefeito, aguente as críticas de que nada está fazendo pela cidade, principalmente de parte dos vereadores e pessoas que desconhecem o que é não ter dinheiro em caixa para cumprir compromissos.

Coisas que a população deve saber: Prefeito, é interessante informar qual o custo mensal do Município com empresa terceirizada que toma conta dos animais recolhidos por abandono. Segundo consta, o valor mensal que desconhecemos é para cuidar de até X animais, que já está ultrapassando mais de 100 mensais. Não estão recolhendo mais e quem procura recebe a informação de que se trata de problema familiar e que os herdeiros são responsáveis pelos animais deixados por falecidos da família. Vai dar o que falar essa situação.

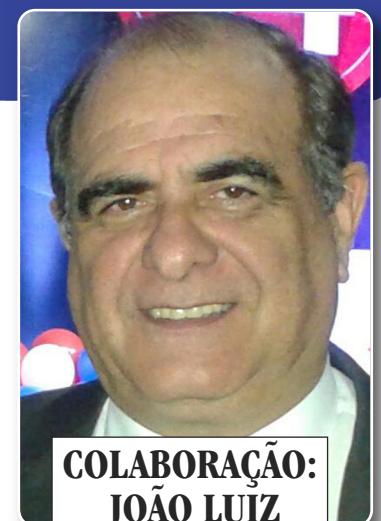
Também deve a população saber quanto é o gasto mensal pelo Município com idosos (quantos e valores). Assim como relativo ao custo com abrigos e alimentação, desconhecemos quantas pessoas são atendidas mensalmente e o custo, mesmo caso seja de verba federal.

Famoso IPTU dos mortos (taxa): já estou com meu nome em dívida ativa na Prefeitura, sem ter assinado qualquer contrato de concessão em nome da família, pois meu pai adquiriu dois terrenos do Município (tem comprovação e declarou imposto de renda e está no inventário), construiu 6 carneiras e faleceu muitos anos depois (o pri-

meiro a ser enterrado no túmulo). Está na dívida ativa apenas o primeiro ano, os demais ainda não foram entregues carnes para poder acionar o judiciário, inclusive com indenização por danos morais, pois há mais de 2 anos estou tendo problemas com setor financeiro, principalmente por ser advogado, técnico em contabilidade, jornalista e atividades na sociedade. Vereador alertou o Prefeito para uma solução amigável, evitando transtornos judiciais, mas o mesmo preferiu continuar recebendo essa receita e ainda reajustou esse ano.

Sem entrar no mérito, não existe segurança no Cemitério, já roubaram todas as peças de valor dos túmulos, não existe limpeza geral e ainda não reformaram a Capela, que está interditada. Quer arrumar encrêna mesmo né Prefeito, uma taxa razoável para manutenção OK, mas um absurdo sem cobrança de todos os túmulos é triste, né?

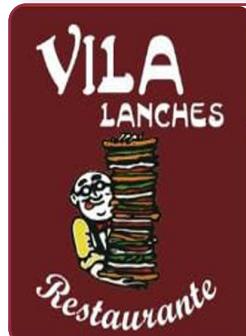
Obras Deixadas: é obrigação de todos os administradores fazer o melhor para as cidades, principalmente quando seu partido está no poder maior, mas pensando que ganharia nova eleição para cobrir o rombo deixado, não poderia deixar o caixa sem recursos para a nova administração, que pouco pode fazer



**COLABORAÇÃO:
JOÃO LUIZ
ULTRAMARI**

em 2025, vamos ver agora o que se poderá fazer com a arrecadação de 2026. Já paguei à vista uma cacetada de IPTU dos meus dois imóveis para colaborar com a atual administração. Tem que falar mesmo Prefeito, o rombo deixado e prestar contas na forma mencionada nesta.

Agradecimentos: sem mencionar os nomes, pois são muitos, agradeço as felicitações de final de ano sobre os assuntos abordados neta coluna e dos locais que visito anualmente como papai Noel, em especial o Nossa Lar, onde tiro foto com todas as pessoas internadas, muitos ainda que “acreditam” no Papai Noel... que alegria a deles.



*Deu fome peça pelo Ifood
ou pelo 3339-1707 aceitamos
cartões de crédito,
débito, pix, ou cartões
alimentação e refeição*

Av. José do Patrocínio, 586 - Vila Xavier

**“Não tenha receio, peça
ajuda a quem sabe ouvir
e entender” - CVV -
Telefone 188**

Justiça do Trabalho condena Brado Logística ao pagamento de R\$ 1 milhão após morte de trabalhador

Decisão com abrangência nacional obriga empresa a reformular protocolos de segurança e monitorar alertas climáticos para evitar novos acidentes fatais com operadores de pórticos

A Justiça do Trabalho de Araraquara sentenciou a empresa Brado Logística S.A. ao pagamento de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos, em virtude de graves falhas de segurança que resultaram na morte de um trabalhador em janeiro de 2023. A decisão, proferida no dia 7 de janeiro de 2026 pelo juiz Rafael Marques de Setta, acolheu os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em uma ação civil pública que questionou a exposição da vítima a condições meteorológicas extremas.

Além da indenização pecuniária, que será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Brado Logística foi condenada a cumprir uma série de obrigações de fazer em todas as suas unidades no território nacional. A empresa deverá identificar o perigo de arrastamento de pórticos em seu Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), realizar análises ergonômicas que contemplem o abandono seguro de cabines e instalar anemômetros com sistemas de alarme audível. Em caso de descumprimento, foi fixada uma multa diária de R\$ 5 mil por item infringido. A decisão reforça a natureza preventiva da tutela inibitória, buscando garantir que a gestão de riscos ocupacionais seja efetiva para proteger a coletividade de trabalhadores expostos a ope-

rações de alto risco.

INVESTIGAÇÃO DO ACIDENTE

O inquérito civil conduzido pelo MPT revelou que, no dia 18 de janeiro de 2023, um operador trabalhava em um pórtico rolante a 17 metros de altura quando a unidade foi atingida por uma tempestade. De acordo com as investigações, a Defesa Civil do Estado de São Paulo havia emitido um alerta oficial de risco meteorológico às 15h33, orientando que áreas abertas fossem evitadas. Contudo, a empresa manteve o equipamento em operação por cerca de 47 minutos após o aviso. Mesmo após a paralisação das atividades, o operador permaneceu na cabine elevada por outros 38 minutos, momento em que o pórtico foi arrastado pelo vento e tombou ao final dos trilhos, causando a morte do funcionário por politraumatismo.

A sentença rejeitou a tese de defesa que alegava a ocorrência de caso fortuito ou força maior, sob o argumento de que o risco de arrastamento por ventos é previsível na atividade e que houve inércia por parte da empregadora em retirar o trabalhador do local de perigo. Ao fundamentar a condenação, o magistrado destacou a gravidade da inobservância das normas de saúde e segurança. "A manutenção da operação e a permanência



do operador na cabine elevada (a 17 metros de altura) após o alerta oficial constituiu negligência grave e a causa determinante para o resultado fatal", escreveu no corpo da decisão.

Cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15). Processo nº 0011062-78.2025.5.15.0079

(Rafael Almeida - MPT)

“Noite Italiana” no Clube Náutico

Jantar nauticano contará com gastronomia especial e música ao vivo

Uma noite de grandes sabores e muita diversão! Dia 24 de janeiro, o Clube Náutico Araraquara promove, em sua sede de campo, a "Noite Italiana", evento que irá reunir associados e convidados em um ambiente marcado por boa gastronomia, música e confraternização.

A programação, que se inicia às 19h30, contará com jantar temático, preparado especialmente para a ocasião, além de música ao vivo com a banda Dama de Ferro. Os convites já estão à venda na Secretaria do clube, com valores de R\$ 65,00 para associados e R\$ 70,00 para não-associados. Para crianças de 7 a 10 anos, os valores são R\$ 32,00 (associadas) e R\$ 35,00 (não-associadas). Crianças de 0 a 7 anos não pagam. Os convites são limitados.



O cardápio inclui entradas, buffet frio e quente, com pratos inspirados na culinária ita- liana. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (16) 3303 2360.

Escritório Benê Benecon Contabilidade Experience Contábil

• TRADIÇÃO • EQUIPE TREINADA • RESPONSABILIDADE
• ESTACIONAMENTO PRÓPRIO • ACOMPANHAMENTO DURANTE O ANO TODO

escritoriobene@gmail.com
(16) 3301-1996 / 3301-1990

Av. XV de Novembro, 435
Centro - Araraquara-SP

Fatos & Fotos - "Memórias"



Antônio Alves Pinto, Walter Zaniolo e Andrelino Alves Pinto Filho, na década de 90.



Obras do Ginásio de Esportes Municipal, na década de 60.



Lourival Letício e esposa Marina ao lado de Afif Domingos, na década de 90.



Show de cabeleireiros famosos, na década de 80.



Wagner Luiz



Governador Fleury, Roberto Massafera e Marcelo Barbieri, na década de 90.

Carnaval 2026: Prefeitura lança edital para apoio aos blocos de rua da cidade

Inscrições acontecem de 14 a 28 de janeiro; até quatro blocos serão selecionados

A Prefeitura de Araraquara, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundart, abriu chamamento público para selecionar blocos carnavalescos populares e de rua que integrarão a programação oficial do Carnaval 2026 – Tradição da Alegria. As inscrições acontecem de 14 a 28 de janeiro e devem ser feitas exclusivamente por e-mail.

O edital tem como objetivo fortalecer os blocos livres, formados de maneira espontânea, valorizando manifestações tradicionais do Carnaval e incentivando a ocupação alegre e democrática de ruas e praças da cidade. A iniciativa busca preservar a essência do Carnaval de rua, marcada pela diversidade cultural, criatividade e participação coletiva.

Podem participar empresas formalmente constituídas como pessoa jurídica, por meio de CNPJ ou MEI, desde que suas atividades sejam compatíveis com os objetivos do chamamento. Ao todo, até quatro propostas serão selecionadas. Cada bloco aprovado receberá R\$ 5 mil, além do apoio estrutural com até cinco banheiros químicos e suporte da Guarda Civil Municipal.

As inscrições devem ser enviadas para o e-mail blocosararaquara@gmail.com, contendo a documentação de habilitação do proponente e a proposta completa do bloco, incluindo histórico, repertório, estimativa de público, cronograma e informações sobre percurso e local do cortejo.

A seleção será feita por comissão de



signada pelo Executivo Municipal, com base em critérios como tradição do bloco na cidade, originalidade da proposta e adequação técnica aos espaços públicos. O resultado será divulgado no site oficial da Prefeitura, na área Editais da Cultura, e os proponentes aprovados serão convocados para os procedimentos de contratação.

O edital de chamamento público está disponível no link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_138_0_1_12012026160225.pdf

Mais informações e esclarecimentos podem ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Cultura pelo telefone 3322-2770 ou pelo e-mail blocosararaquara@mail.com

(Secretaria de Comunicação – Prefeitura de Araraquara)

Aniversariantes

16- Werley Nielson Costa, José R. Rodrigues da Silva, José Luiz Bezerra, José Ribamar Rodrigues da Silva, Edson José Cavalli, Maria da Paz Soares de Lima, João Aparecido Peroni, Sueli Teresinha A. Ferrari e Neide de Fátima P. Girassol

17- Lindevania Ferreira Leite Freitas, Maria Olympia P. Grecco, Lírio Henriques, Lilian Bove do Nascimento, Orminda Antunes de Oliveira e Márcia Aparecida Dias Pinto

18- André Estevan Sigolo, Gonçalo Aparecido Silva, Arlindo José dos Santos e Natália Bonini

19- Carlos Eduardo Jorge, Jairo Luís de Mattos, Rafael Urbano, Anésio Urbano,

Adhemar Benetton Júnior e Luiz Alberto Marques

20- Bruno Franco Naddio, Raquel D'Avila Ferreira, Antônio Maria de Lima Pedroso, Luiz Gustavo Peres de Souza, Giuseppe Morvillo Júnior, Elena Cortês e Maria Terezinha Brasil Bueno

21- Jacqueline R. Bergoc Molina, Deives Henrique B. Vitoria, Alessandra Peres Gil, Dorides Alonso Perosso e Inês Hakuro Chinen de Barros.

22- Fabricio Fernando da Silva, Sandra Sayuri Kuzuoka, Alex Mendonça da Silva, Marco Antonio Bernardo Padovani, Marina Marques, Aracy Mendes, Fernanda Merlini e Helio Ap. Ribeiro dos Santos.

Falecimento

ALMEIDA

+ RENATA AMARAL DE CAMPOS, 43 anos. Sepultada, dia 10, Cemitério São Bento.

+ PAULO BRASIL NASTRI, 66 anos. Viúva Cristina Perpetua Galuppi Nastri. Sepultado, dia 13, Cemitério São Bento.

+ AFONSO GARCIA, 82 anos. Sepultado, dia 14, Cemitério São Bento.

+ PAULO ANDRÉ POR-SANI, 58 anos. Viúva Marcia Maria de Araújo Porsani. Sepultado, dia 14, em Santa Lúcia.

+ SÉRGIO LUIZ BONIFÁ-CIO, 68 anos. Viúva Maria Aparecida Ribeiro. Sepultado, dia 15, Cemitério São Bento.

+ DIRCE SANTOS VI-CENTE, 80 anos. Sepultada, dia 16, Cemitério dos Britos.

+ BEMVINDO CELESTINO DE CARVALHO, 87 anos. Sepultado, dia 16, Cemitério dos Britos.

+ VILMA GIGANTE, 63 anos. Sepultada, dia 16, Cemitério São Bento.

FONTERI

+ MARCOS LUIS DOS SANTOS, 62 anos. Sepultado, dia 11, Cemitério São Bento.

+ MARLENE DE MARCHI ENSIDE, 72 anos. Sepultada, dia 12, Cemitério dos Britos.

+ CARLOS ALBERTO PEREIRA DE SOUZA, 58 anos. Sepultado, dia 12, em Motuca.

+ ÂNGELO ARRAIS ROMERA, 84 anos. Sepultado, dia 13, Cemitério dos Britos.

+ JEOVÁ NUNES FERREIRA, 70 anos. Sepultado, dia 15, Cemitério Parque dos Lírios.

MICELLI

+ MIGUEL CARBONI, 82 anos. Sepultado, dia 10, Cemitério dos Britos.

+ MARIA BERTO MENDONÇA (DONA MARIA), 91 anos. Sepultada, dia 10, Cemitério Parque dos Lírios.

+ RENATO JOSÉ ARRONI, 66 anos. Sepultado, dia 12, Cemitério São Bento.

+ GABRIEL HENRIQUE MENDONÇA, 28 anos. Sepultado, dia 12, Cemitério dos Britos.

+ VALDEREZ APARECIDA CALDEIRA, 61 anos. Sepultada, dia 13, Cemitério São Bento.

+ CRISTINA REDONDO, 78 anos. Sepultada, dia 14, Cemitério São Bento.

Às famílias enlutadas o pesar do J.A.



Conheça seus Direitos

QUANDO A OMISSÃO DO PODER PÚBLICO LEVA O CASO AO JUDICIÁRIO

Luigi Conceição Volpatti
Polezze - Advogado
OAB nº 516.592

A responsabilidade pela **poda de árvores**, manutenção de **calçadas** e conservação de espaços públicos é, por lei, do **município**. No entanto, quando essa obrigação não é cumprida e acaba gerando riscos ou prejuízos à população, surge uma dúvida frequente: **o que pode fazer o cidadão diante da omissão da Prefeitura?**

De modo geral, o **Poder Judiciário** evita interferir diretamente nas decisões administrativas do **Poder Executivo**, em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes. Essa regra, porém, não é absoluta. Em situações específicas, espe-

cialmente quando há violação de direitos individuais ou risco à integridade física e patrimonial, o Judiciário pode e deve atuar.

O primeiro passo para o morador que se sente prejudicado é **registrar formalmente um processo administrativo** junto à Prefeitura, comunicando o problema — seja uma árvore com risco de queda, raízes que danificam a residência, calçadas comprometidas ou qualquer outra situação de responsabilidade municipal. Esse registro é fundamental, pois comprova que o poder público foi notificado.

É comum que esses processos enfrentem **burocracia, prazos extensos e recursos administrativos**, o que demanda paciência do cidadão. Contudo, se

mesmo após o cumprimento de todas as etapas o município **permanecer inerte**, e se ficar comprovado que houve **dano material** ou risco concreto à propriedade e à segurança do morador, o caminho judicial passa a ser uma alternativa legítima.

Nesses casos, o cidadão pode acionar o **Poder Judiciário** para exigir que o município cumpra sua obrigação. Dependendo da situação e da extensão dos prejuízos, também é possível pleitear **indenização por danos morais**.

A jurisprudência tem reconhecido que,

quando há comprovação de protocolos administrativos, histórico de reclamações e prejuízos concretos, a inércia do poder público configura **falha no dever de zelar pelo espaço urbano**, autorizando a intervenção judicial.

Diante de situações persistentes e sem resposta administrativa, o cidadão deve procurar um **advogado de sua confiança** para avaliar o caso. Ainda que o caminho administrativo seja sempre o primeiro passo, o Judiciário permanece como uma via legítima para garantir direitos quando o poder público deixa de cumprir seu papel.

Dengue pode matar se não oferecer assistência médica rápida e eficiente.

ADVOCACIA GALHARDO
OAB/SP 11.486
CIVIL - TRABALHISTA - DIREITO IMOBILIÁRIO
Av. São Paulo, 735
Fone: (16) 3322-4506

Oração ao Poderoso Santo Expedito

Festa 19 de abril. Comemora-se todo dia 19. Se você está com algum PROBLEMA DE DIFÍCIL SOLUÇÃO e precisa de AJUDA URGENTE, peça esta ajuda a Santo Expedito que é o Santo dos Negócios que precisam de Pronta Solução e cuja invocação nunca é tardia. **Oração** - Meu Santo Expedito das causas justas e urgentes, socorre-me nesta hora de aflição e desespero, intercede por mim junto ao Nosso Senhor JESUS CRISTO! Vós que sois um Santo Guerreiro, Vós que sois o Santo dos Afliitos, Vós que sois o Santo dos Desesperados, Vós que sois o Santo das Causas Urgentes, protegei-me, ajudai-me, dai-me força, coragem e serenidade. Atendei ao meu pedido: *"fazer o pedido"*. Ajudai-me a superar estas horas difíceis, protegei-me de todos que possam me prejudicar, protegei a Minha Família, atendei ao meu pedido com urgência. Devolvei-me a paz e a tranquilidade. Serei grato pelo resto de minha vida e levarei seu nome a todos que tem fé. Obrigado. *Rezar 1 Pai Nosso, 1 Ave Maria e fazer o Sinal da Cruz*. Em agradecimento, mandei publicar esta oração, para propagar os benefícios do grande Santo Expedito. (IVF)

CARDIOCLÍNICA CEDCOR

Dr. José Cândido Monteiro da Silva Machado - Médico

Especialista em Geriatria SBGG-AMB-RQE 28096
Especialista em Cardiologia SBC-AMB.RQE 28097

-Atendimento em Consultório e Domiciliar

Cardioclínica Cedcor
3010-3495 Ramal 4

Cel: 99120-3937 após 14h

Rua José Parisi 290 (em Frente ao DAAE)

“Dê a Araraquara o respeito que ELA merece: descarte corretamente.”

Começa na segunda-feira (19) o cadastro para transporte escolar em Araraquara

Pais e responsáveis podem fazer a inscrição pelo site da Prefeitura ou presencialmente; prazo vai até 31 de março

Apartir da próxima segunda-feira (19), a Prefeitura de Araraquara, por meio da Secretaria Municipal da Educação, começa a fazer o cadastro e o recadastramento dos estudantes da rede pública para o transporte escolar em 2026. O prazo vai até 31 de março. Para fazer a inscrição, os pais ou responsáveis precisam ter um e-mail e acessar o site da Prefeitura para preencher o formulário, disponível no link: <https://araraquara.sp.gov.br/>

Para ter direito ao benefício de passe escolar ou fretamento (ônibus escolar) gratuitos, os alunos devem residir a mais de dois quilômetros da unidade onde estão matriculados, ou na zona rural, ou ainda em locais que dificultem o acesso à escola. Para isso, é necessário apresentar a documentação exigida, de acordo com a lista abaixo. A assistência é ofertada aos estudantes das redes públicas municipal e estadual, da Educação Infantil ao En-

sino Médio.

Após o envio da solicitação, o setor competente realizará a análise da documentação e do direito ao benefício, e disponibilizará o parecer em até dez dias úteis. Caso a solicitação seja aprovada, o usuário receberá um e-mail de confirmação com orientações.

Quem não conseguir fazer o cadastro online poderá realizar a inscrição presencialmente no mesmo período (19 de janeiro a 31 de março), de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 16h, na Avenida José Parisi, 510, Vila Velosa.

Em caso de dúvidas, é possível entrar em contato com a Secretaria da Educação pelo telefone (16) 3331-4714, ou pelo WhatsApp (16) 3333-2945.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CADASTRO:

Modalidade passe escolar

- Educação Infantil;
- RG ou Certidão de Nascimento do aluno;
- RG do responsável;
- Declaração do CER do bairro que não tem vaga (atualizada);
- Declaração de Transporte do CER que o aluno está matriculado (atualizada);
- Comprovante de endereço, máximo 3 meses – no nome dos pais ou responsáveis legais.
- Ensino Fundamental e Ensino Médio:
- RG do aluno (registro de matrícula);
- RG do responsável;
- Declaração de Transporte da escola atualizada (atualizada);
- Comprovante de endereço, máximo 3 meses em nome dos pais ou responsáveis legais.

Modalidade fretamento (ônibus)

- Educação Infantil;
- RG ou Certidão de Nascimento do aluno;
- RG do responsável;
- Declaração de Transporte do CER que o aluno está matriculado (atualizada);
- Comprovante de endereço, máximo 3 meses em nome dos pais ou responsáveis legais;
- A criança deve ter mais de 3 anos para esta modalidade.
- Ensino Fundamental e Ensino Médio:
- RG do aluno (registro de matrícula);
- RG do responsável;
- Declaração de Transporte da escola atualizada (atualizada);
- Comprovante de endereço, máximo 3 meses em nome dos pais ou responsáveis legais.

SERVIÇO

Cadastro para o transporte escolar



Período de inscrição: de 19 de janeiro a 31 de março
Online: <https://araraquara.sp.gov.br/>
Presencial: Av. José Parisi, 510, Vila Velosa (segunda a sexta, das 8h às 17h)
Informações: (16) 3331-4714 / WhatsApp: (16) 3333-2945

(Secretaria de Comunicação –
Prefeitura de Araraquara)

Eu não sei às respostas!

Eu não sei às respostas!
As respostas, eu não entendo as vezes
A melhor resposta vem de Deus
Para todos nós
Eu não sei às respostas!
As respostas vem na Palavra de Deus
Deus é sábio,
A sabedoria vem de Deus!
Todas às respostas
Vem de Deus, para nós
Respostas?
O que você quer,
O que você precisa,
Deus Ele responde
Ele fala com você
As respostas vem de Deus!
Amém!



ESCRITOR BELLO 3.101 TEXTOS

Cartório

*Registre
o seu
imóvel.
É questão
de
segurança.*

(Campanha do J.A.)

Cinema

**Programação até
21 de janeiro**

Anaconda

Moviecom 1: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 22h.

O Diário de Pilar na Amazônia

Moviecom 1: Nacional: Sexta a Quarta-feira, sessões às 13h50, 15h50 e 17h45.

Zootopia 2

Moviecom 1: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 19h45.

Moviecom 4: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessões às 14h45 e 17h.

Extermínio: O Templo dos Ossos

Moviecom 2: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessões às 19h30 e 21h45.

Avatar: Fogo e Cinzas

Moviecom 2: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 15h45.

Moviecom 4: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 19h15.

Moviecom 5: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 20h30.

Agentes muito especiais

Moviecom 2: Nacional: Sexta a Quarta-feira, sessão às 13h40.

Bob Esponja em busca da calça quadrada

Moviecom 3: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 14h15.

Moviecom 4: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 17h30.

A Empregada

Moviecom 3: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessões às 16h20 e 19h.

Moviecom 3: Legendado: Sexta a Quarta-feira, sessão às 21h40.

Davi – Nasce um Rei

Moviecom 5: Dublado: Sexta a Quarta-feira, sessões às 13h45, 16h e 18h15.

*O jornal recebeu a programação
diretamente dos promotores.*



**EXATAS PARA O
ENSINO MÉDIO 2026**

Matrículas antecipadas

**O MAQUIFÍSICA abre suas
matrículas para o ano de 2026
com condições especiais
por tempo limitado**

- Material personalizado já incluso
- Matrícula isenta e descontos especiais na anuidade
- Venham aprender Exatas com os melhores professores do ramo



(16) 3336-0232
WhatsApp (16) 99183-2539

**Não compre filhote, prefira o “cão de rua”.
Ele tem uma gratidão que vai emocionar**

Assalto no Shopping Jaraguá

Luigi Polezze

Uma joalheria do Shopping Jaraguá foi alvo de assalto na madrugada dessa terça-feira (13). Quebrando parte do forro, os assaltantes conseguiram se esgueirar por dentro do shopping até alcançar a joalheria.

De acordo com depoimentos, o Shopping constava sim com seguranças, mas nenhum notou o evento até que havia sido tarde demais. A questão que resta é se o assalto foi devido a uma falha na segurança do próprio espaço e quando os agentes do crime serão pegos.

A redação alcançou o Shopping para obter maiores informações, mas fomos contemplados com a seguinte nota:

“O Shopping Jaraguá Araraquara informa que, na madrugada da última terça-feira, foi registrado um furto em uma joalheria localizada em suas dependências.

Todas as providências estão sendo adotadas pelas autoridades competentes e o empreendimento está colaborando integralmente, fornecendo as informações necessárias para o andamento das investigações.”



livonincorporadora.com.br

Uma empresa do:
GRUPOADN

livon

Chegando com +1 empreendimento em Araraquara